

Sexta-feira, 21 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Vitória de todos

Ao entrar em operação no campo de Albacora Leste (Bacia de Campos), com uma capacidade de produção de 180 mil barris de petróleo e seis milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, a plataforma P-50 passa a ser o marco da tão sonhada auto-suficiência brasileira em hidrocarbonetos.

Desde a descoberta dos reservatórios gigantes de petróleo na Bacia de Campos, em meados da década de 80, o caminho para a chamada auto-suficiência se tornou previsível e se acelerou à medida que a Petrobras avançou tecnologicamente e administrativamente. A maior empresa brasileira vivia antes escudada pela garantia de um nefasto monopólio, e sem parâmetros que permitissem à população avaliar o seu grau de eficiência.

Assim como na década de 50 o debate acalorado que levou à criação da Petrobras foi decisivo para o desenvolvimento desse segmento da indústria, a reforma constitucional que quebrou o monopólio e a nova lei do petróleo em 1995 e 1997 também se revelaram fundamentais para que a própria esta-

ra o mérito da Petrobras no alcance dessa marca emblemática. O uso do petróleo como bandeira política na verdade prejudicou mais do que beneficiou a estatal, a começar pelo chamado relatório Link, o geólogo americano que foi responsável pela formação de uma brilhante equipe de técnicos brasileiros. Walther Link foi injustamente acusado por pseudonacionalistas de ser agente das companhias internacionais interessadas em manter o Brasil como importador cativo.

Mas as recomendações do seu famoso relatório — resultado de um trabalho de equipe composta basicamente de brasileiros — mostraram-se muito úteis com o passar dos anos. Na avaliação das bacias sedimentares, o relatório chamou a atenção para a possibilidade de descobertas na plataforma submarina. E propunha que se investisse fortemente na formação de pessoal.

As duas recomendações foram seguidas e com o empenho de um dos antigos membros da equipe de Link, o geólogo Carlos Walter Marinho (infelizmente já falecido), chegou-se às descobertas na Bacia de Campos.

Não se pode
creditar a
conquista a
um único
governo

Sexta-feira, 21 de abril de 2006

O GLOBO

tal desabrochasse. Os críticos do monopólio tinham absoluta razão ao afirmar que, junto com o país, a Petrobras seria a empresa mais favorecida ao se instituir um ambiente de competição na indústria do petróleo, pois ficaria livre de amarras que dificultavam seus investimentos e além disso seria obrigada a buscar eficiência e produtividade.

Sem a quebra formal do monopólio, a Petrobras provavelmente ainda estaria sujeita a um controle governamental sobre os seus preços, e os critérios políticos pesariam mais do que os técnicos nas decisões da empresa.

No plano estratégico da Petrobras, com os investimentos já em andamento ou em vias de serem iniciados, a companhia estará em 2010 produzindo mais de 2,3 milhões de barris diários de petróleo internamente e outros 500 mil no exterior. E sua capacidade de refino, aqui e lá fora, deverá ultrapassar a casa de dois milhões de barris por dia.

Embora com participação reduzida, outras empresas, pequenas e grandes, já vêm contribuindo para a auto-suficiência na produção de petróleo, o que deve ser estimulado para se diversificar as fontes de pesquisa e suprimento. Para os fornecedores da indústria, é importante que não haja apenas um único comprador no mercado.

Não há, entretanto, como se ti-

Com a P-50, o Estado do Rio de Janeiro responderá por quase 90% da produção brasileira de petróleo e por cerca de 50% da produção de gás natural. Esse volume de produção tem gerado, além da demanda por bens e serviços (que alavancou o ressurgimento da construção naval no país, por exemplo), uma receita considerável em royalties e participações especiais para o estado e os municípios produtores, o que, aliás, deveria ser motivo de

males reflexão por parte da população fluminense. Ainda que o Rio de Janeiro venha a se manter como grande produtor de petróleo por mais duas décadas, pelo menos, tal receita é finita e deveria ser usada em proveito também das futuras gerações, com investimentos que tragam benefícios permanentes ou duradouros para o estado, em vez de ser instrumento de um ou outro governante.

E, bem a propósito, a auto-suficiência não deve ser creditada somente a este (na administração do presidente Lula, a média de crescimento da produção e de aumento das reservas até diminuiu, o que não é de todo relevante) ou a outro governo, pois se trata de uma conquista do país. O dado negativo é que, não fosse o fraco desempenho da economia nos últimos anos, o consumo de combustíveis teria evoluído, exigindo maior volume de produção para se alcançar a auto-suficiência.

Êxito reflete
a importância
do fim do
monopólio
estatal

Domingo, 23 de abril de 2006

O GLOBO

Visão ampla

Há pontos positivos e aspectos discutíveis no anteprojeto do novo Plano Diretor do Rio elaborado pela prefeitura. É de óbvio interesse da cidade a adoção de mecanismos que contenham a expansão de bairros já muito adensados da Zona Sul, mas também fazem sentido as críticas a instrumentos como a chamada outorga onerosa, que facilita a legalização dos "puxadinhos"; e é muito duvidosa a idéia de estimular o crescimento populacional da Barra da Tijuca, onde a infra-estrutura ainda está muito aquém das necessidades de hoje. A opção mais realista é acelerar os investimentos em saneamento e transportes, por ser a Barra uma fronteira de expansão.

Também as regras para criação das Áreas de Preservação do Ambiente Cultural (Apacs) devem ser vistas com atenção especial. Precisa-se evitar o risco de um engessamento de prédios, sem compensação justa de seus proprietários pela impossibilidade de fazer obras. Exemplo é o recente fechamento da Casa de Saúde São Sebastião, no Catete — tornado inviável, de acordo com seus donos, justamente por causa do tombamento.

Mas o que realmente deve assu-

mir a posição de tema central é a instituição de uma política de contenção do crescimento das favelas, processo que é capaz de fazer do melhor Plano Diretor mera e inócua declaração de propósitos. Assim, por mais interessantes que sejam as propostas apresentadas para o bairro de Santa Teresa, elas parecem ignorar o fato de que os moradores daquele bairro vivem hoje num clima de enorme insegurança, exatamente em resultado desse processo de degradação urbana.

Conter a favelização deve ser tema central no Plano Diretor

Esse problema não é localizado, e sim geral na cidade. Por isso mesmo as discussões sobre o Plano Diretor precisam ser transparentes e abertas a todos, para que o texto final, expressando fielmente as necessidades da população, inclua políticas rigorosas de delimitação do crescimento das favelas, com a construção de casas populares em áreas que disponham de transporte de massa, como aliás já propõe a prefeitura, e outras fórmulas adequadas.

O Plano Diretor de que o Rio precisa não pode se ater a normas burocráticas sobre gabaritos e concessão de alvarás, visando a aspectos arquitetônicos ou culturais, isoladamente. A cidade precisa ser considerada em todos os seus aspectos.

Segunda-feira, 24 de abril de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: Polícia fluminense

NOSSA OPINIÃO

Degradação

Profissão de alto risco e de importância inegável para a sociedade, a do policial é uma das menos bem-vistas pela população. Ou seja, aquele que deve ser protegido pelo policial prefere manter distância de quem é pago por ele mesmo para o proteger.

Trata-se de um paradoxo que tem por trás uma série de distorções no comportamento dos policiais, especialmente no Rio de Janeiro, uma cidade em que a imagem dos responsáveis diretos pela segurança pública é das mais deterioradas.

A construção dessa imagem negativa vem de muito tempo. É antiga a percepção entre cariocas e fluminenses

de uma polícia permeável à corrupção e acostumada a agir de forma muito violenta — não confundir com ação enérgica.

Compreende-se que as estatísticas mostrem a polícia fluminense como uma das que mais matam e que mais perdem soldados e agentes. No Rio de Janeiro, as forças de segurança pública matam mais do que todo o aparato policial existente nos Estados Unidos. E mor-

rem em igual proporção, na maioria dos casos no "bico", o segundo trabalho do policial, necessário para complementar os baixos salários. Não que se imagine ser possível enfrentar as AK-47 dos traficantes apenas com as armas do convencimento. A precaução que o cidadão carioca comum tem

diante da polícia se baseia numa sucessão de desmandos e equívocos, em que ficam visíveis o despreparo profissional e desvios éticos.

Não há outra reação, a não ser temor e revolta quando se sabe que dois criminosos foragidos, do ramo do jogo de caça-níqueis, são protegidos por 86 seguranças policiais. Entre eles um alto oficial da PM e um sargento do

Corpo de Bombeiros. Rogério Andrade e Fernando Iggnácio, em guerra pelo espólio do bicheiro Castor de Andrade, não são presos porque quem os devia prender os protege.

É preocupante a tendência de degradação ética do aparelho policial, processo que já atravessa vários governos de indistintos partidos. O bom policial não pode virar exceção.

O policial honesto não pode vir a ser a exceção

Terça-feira, 25 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Saque ao Tesouro

Mesmo que não seja inédita a irresponsabilidade com o que o Congresso gasta o dinheiro do contribuinte, é sempre motivo de surpresa a descoberta de algum artifício pelo qual parlamentares fazem a festa com recursos públicos. Como agora, segundo reportagem do GLOBO, com o uso fraudulento da tal "verba indenizatória", uma rubrica no orçamento da Câmara

dos Deputados criada em 2001 por uma Mesa presidida por Aécio Neves e de que fazia parte Severino Cavalcanti, o rei do baixo clero, levado a renunciar para escapar da cassação.

Essa "verba" foi instituída com a justificativa — como sempre — de financiar a ação parlamentar dos deputados. E por meio dela cada um dos 513 representantes do povo pôde começar a sacar do Tesouro até R\$ 15 mil por mês, desde que apresentasse os recibos das despesas. Alguns deputados preferiram manter distância de mais essa gazua criada para abrir os cofres públicos. Mas não foi a regra. Apenas no ano passado, deputados colocaram a mão em R\$ 41 milhões a título de reembolso por gastos com combustível, sem que a Câmara checasse com os cuidados devidos a origem dos recibos.

Se os auditores da Casa tivessem procurado o posto Trevo, em Boa Vista, Roraima, como fez o jornal, descobririam que o deputado Francisco Rodrigues, do PFL, por exemplo, abasteceu veículos e máquinas de sua empresa de terraplenagem à custa do erário. O próprio Rodrigues confirmou fazer "uma verdadeira alquimia" com as notas desse e de outros postos para prestar contas à Câmara — uma clara confissão de mais desvios fraudulentos.

**Câmara está
diante de um
caso grave de
fraude contra
o erário**

Um erro de cálculo tornou a reportagem até benevolente com a Câmara: se tivessem gastado os R\$ 41 milhões na compra de gasolina, os deputados poderiam ter dado pouco mais de 4 mil voltas ao mundo, e não 64 como publicado. A primeira reação do presidente da Casa, Aldo Rebelo,

foi acolher a esperta proposta de deputados de incorporar os R\$ 15 mil ao subsídio que já recebem. Inaceitável. O parlamentar precisa de condições para exercer o mandato. Mas dentro da ética e da lei. Além disso, os deputados já se beneficiam de outras verbas, como a de gabinete, de R\$ 50,8 mil mensais. Em 2005, a Câmara custou ao país R\$ 2,6 bilhões, três vezes mais que os investimentos na saúde pública, de carências notórias. É demais.

Terça-feira, 25 de abril de 2006

O GLOBO

Ilusões ideológicas

Que vantagens trará para o Brasil e seus vizinhos a frente ideológica que, aos poucos mas inexoravelmente, vai formando um arco agourento sobre o continente com a eleição de representantes do velho e rançoso populismo autoritário latino-americano? Para onde levariam a América Latina, se os latino-americanos forem dóceis à sua vontade, baluartes do

**Afinidades
políticas não
bastam para
sustentar uma
diplomacia**

Ou, dando cunho mais direto à pergunta: que frutos colherá o Brasil da diplomacia terceiro-mundista perseguida com afincamento pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reserva espaço privilegiado para as relações de amizade com esses supostos camaradas de armas?

A integração regional faz todo sentido quando impulsionada por interesses econômicos e comerciais concretos, de resultados afeíveis na ponta do lápis pelos países envolvidos e lastreada no respeito aos contratos. Na economia globalizada, a formação de parcerias, alianças e blocos, em qualquer setor e em qualquer nível, é

utilíssima ferramenta de defesa e ataque, que protege os fracos e robustece a capacidade de barganha dos mais fortes.

A União Européia talvez seja o melhor exemplo das virtudes dessa ferramenta. Qual seria o futuro de países relativamente atrasados como Portugal e Grécia se tivessem ficado à margem da integração européia? E que possibilidade de êxito teriam mesmo potências

econômicas com o vigor da Alemanha se fossem condenadas a enfrentar sozinhas, em pé de igualdade, a força econômica avassaladora dos Estados Unidos, e a espantosa vitalidade da recém-chegada China?

A situação da Petrobras na Bolívia mostra como é arriscado confiar em acordos comerciais com base em afinidades ideológicas. Evo Morales, que se diz admirador e discípulo de Lula, mal esperou tomar posse para anunciar medidas que contrariam reais interesses brasileiros. Que sirva de alerta contra futuras tentações dessa natureza.

Tradicionalmente, parcerias e alianças fazem parte do equipamento de sobrevivência. Mas só oferecem proteção num meio hostil quando inspiradas por razões e interesses concretos.

Quarta-feira, 26 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

A verdade da fome

A pesquisa sobre o nível de nutrição das crianças no semi-árido distribuído entre a região nordeste e o norte de Minas dá à sociedade brasileira motivos para comemorar. Realizada em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com apoio do Ministério da Saúde, o levantamento mostra uma evolução notável. Entre crianças de até cinco anos de idade, o índice de desnutrição, definido por deficiências de peso e altura, caiu, de 1996 a 2005, de 17,9% para 6,6%. Embora o resultado ainda esteja distante do indicador aceitável de 2,3%, o avanço é animador.

O êxito alcançado até agora nessa luta fica ainda mais visível quando se considera que esse índice já foi de 47,8% em 1975 e 27,3% em 1989. Para efeito de comparação, em algumas regiões da Índia há 50% de desnutridos entre crianças; em países africanos, de 30% a 40%. Mesmo na Argentina, a taxa se encontra em aproximadamente 12%. O estudo vem em bom momento, por coincidir com um ano eleitoral, em que é preciso debater, entre outros temas, a eficiência dos gastos sociais. Uma das importantes conclusões da sondagem é que não se pode creditar isoladamente a um programa o mérito pelo êxito. A re-

dução da desnutrição de 1975 a 1989 antecede, por exemplo, a toda a rede de amparo social lançada na era Fernando Henrique e ampliada no governo Lula sob o guarda-chuva do Bolsa Família. Há uma série de fatores ligados à modernização do país que se combinam para aumentar a expectativa de vida da população, reduzir a mortalidade, debelar a desnutrição etc. Entre eles, re-

laciona o pesquisador Carlos Augusto Monteiro, da USP, o saneamento básico, a assiduidade a postos de saúde e hospitais e a melhoria no nível de escolaridade.

Pode ser que o candidato Lula aproveite para enaltecer o Bolsa Família. Será um exagero, embora o programa tenha dado sua contribuição positiva. Mas relativa: dos 11,3 pontos per-

centuais da queda do índice de 1996 a 2005, dois pontos podem ser creditados ao Bolsa Família. Este é mais um dado a ajudar no balanço de custo e benefício dos bilhões despejados no Bolsa Família enquanto áreas estratégicas, e de alto impacto social, como a educação, ficam em segundo plano. Os 6,6% de desnutridos são 151.800 crianças. É possível saber nome e endereço de cada uma e tratá-las caso a caso, sem desperdícios e desvios de recursos públicos.

Queda na
subnutrição
ajuda no
debate dos
gastos sociais

Quarta-feira, 26 de abril de 2006

O GLOBO

Crime sindical

Desde 21 de fevereiro estão em greve 60% dos funcionários não concursados (que são a maioria) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). São perto de 800 dos 1.300 servidores cedidos por outros departamentos do governo, e o que querem é justamente serem efetivados na agência, entre outras reivindicações. A paralisação tende a ser suspensa agora por proposta do governo, o que pode ser temporário ou definitivo. Depende do grau de submissão que o governo mostrar. Que tem sido alto quando se trata de enquadrar movimentos sindicais e ditos sociais.

Porque é típica a leniência com que são tratados eventos desta natureza, desencadeados por corporações que integram a base eleitoral do governo — por piores que sejam os efeitos do movimento. No caso da Anvisa, os grevistas, como seria de se esperar, asseguram que não foi afetado o abastecimento de medicamentos essenciais, o que o Ministério da Saúde confirma. Mas a realidade é bem diferente, como reportagens demonstram à farta. De resto, se uma greve assim não tivesse sérias repercussões

negativas, seria de se perguntar se o trabalho que foi suspenso — e os trabalhadores que o executam — não tem utilidade.

Na verdade, tantos e tão graves são os problemas causados pelo movimento que mais de 1.300 mandados judiciais já foram impetrados para liberar insumos importados para remédios, que foram retidos pelos grevistas. Faltam hemoderivados, medicamen-

tos que integram o chamado coquetel para tratamento da Aids, reagentes para detecção de hepatite, antibióticos e outros, porque a entrada no país de remédios e insumos para remédios é controlada pelos fiscais da Anvisa.

Greves no serviço público essencial são tema abordado com rigor mas de maneira sumária pela Constituição. Os dispositivos constitucionais estão desde 1988 aguardando regulamentação, sem a qual é como se não existissem. Dessa maneira fica aberta a porta para que se manifeste livremente o mais nefasto espírito corporativista. E o preço é pago, como sempre, pela população — especificamente, nesse caso, pelos mais pobres, que não têm acesso a alternativas ao serviço público de saúde.

É típico do
governo tratar
com leniência
greves como
a da Anvisa

Quinta-feira, 27 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Fugindo à razão

O tumulto que dominou a Câmara dos Deputados na terça-feira, quando se realizou a audiência pública para discutir o projeto que cria cotas raciais nas universidades, é muito sintomático do tratamento que a questão vem recebendo. Já em si profundamente questionável, a proposta — que, se aprovada, apenas tenderá a perpetuar as atuais e tão graves deficiências no ensino público fundamental e no médio — sequer está sendo debatida com a seriedade necessária.

Os grupos de pressão que querem aprovar as cotas a todo custo demonstraram, mais uma vez, que pretendem manter à distância qualquer discussão racional, recorrendo em seu lugar a palavras de ordem e à truculência contra seus opositores. Naturalmente, as toscas encenações e as vaiares que marcaram a sessão na Câmara deixam claro que esse lobby sabe que o projeto dificilmente resistirá a um exame consistente. Tanto que tentou também fazer com que o projeto tramitasse em regime de urgência — como se a alteração nos critérios para admissão de estudantes nas universidades públicas configu-

rasse solução para alguma situação de emergência. Longe disso: não há sentido algum na pressa, e na verdade seria melhor que o projeto não estivesse na pauta do Congresso neste ano eleitoral, em que propostas populistas e demagógicas se tornam tão tentadoras para alguns legisladores.

Está fora de discussão que é preciso fazer alguma coisa para ampliar as possibilidades de

Tenta-se evitar
a discussão
racional sobre
o projeto das
cotas raciais

acesso das camadas mais pobres da população ao mercado de trabalho — e que a chave está precisamente na educação. Mas isso não pode significar o abandono da busca da excelência e o esvaziamento do critério do mérito no ensino superior. Pelo contrário, é urgente a criação de condições capazes de levar os

alunos pobres do ensino básico a ingressar nas universidades em pé de igualdade com os mais privilegiados.

Adotar normas artificiais como o estabelecimento de cotas é uma saída fácil, simplista e equivocada de enfrentar o problema. O que seguramente ficará claro se o debate for amplo e exaustivo, como o tema merece. Mas isso, lamentavelmente, até agora os lobbies têm conseguido impedir.

Quinta-feira, 27 de abril de 2006

O GLOBO

Menos mal

Os resultados das contas públicas em março fizeram os analistas econômicos suspirar aliviados, pois os números referentes ao primeiro bimestre foram realmente assustadores, mostrando uma aceleração no crescimento das despesas correntes, sem englobar novos investimentos.

O setor público consolidado, incluindo as empresas estatais, fechou suas contas em março com superávit nominal. Desse modo, mesmo com o pagamento de juros, o que foi poupado acabou sendo suficiente para cobrir todos os gastos e ainda apresentar uma sobra. Em termos de política econômica, isso significa que o setor público deixou de pressionar a demanda por bens e serviços, facilitando, por exemplo, o combate à inflação e a progressiva redução das taxas de juros.

Tais resultados indicam que, a curto prazo, o setor público tem condições de atingir a meta de superávit primário (sem incluir os juros) definida para 2006, que corresponde a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Alcançada essa meta, haverá uma redução da dívida pública como proporção do PIB — e uma melhora nes-

sa relação é o que falta para a economia brasileira figurar entre os países emergentes classificados na categoria de grau de investimento.

Apesar do crescimento das despesas, a meta poderá ser alcançada porque a carga tributária no Brasil permanece muito elevada. A médio e longo prazos, sem diminuição da carga tributária, o Brasil ficará condenado a índices de crescimento econômico frustrantes, pois o peso dos impostos é um fator de perda de competitividade das empresas.

Espera-se que o aumento de gastos seja um fenômeno passageiro, decorrente da recomposição de vencimentos de servidores públicos, benefícios previdenciários e salário-mínimo, que

efetivamente estavam defasados. Como o cobertor é curto, medidas no âmbito dos gastos governamentais teriam de ser tomadas para compensar essa recomposição, porém sem sacrificar ainda mais os investimentos.

O setor público continua devendo para a população uma gestão eficiente dos seus gastos. De qualquer forma, enquanto o superávit primário for mantido, menos mal.

Setor público
continua nos
devendo
gestão
eficiente

Sexta-feira, 28 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

O x do problema

Pesquisa realizada em 2005 no chamado "polígono das secas", e citada por Carlos Alberto Sardenberg em artigo para O GLOBO, dimensiona de maneira inesperada o problema da desnutrição no Brasil: ele atingiria, segundo a pesquisa, 6,6% das crianças com menos de 5 anos. Sabendo-se que esse número, trinta anos atrás, era superior a 50%, caindo para 27,3% em 1989, e para 17,9% em 1996, tem-se a medida do enorme avanço conseguido.

Um dos motivos desse avanço foi a quase universalização da educação de base oferecida pelo(s) governo(s). A merenda escolar ajuda a suprir o que as famílias muitas vezes não podem oferecer. E só por esta consequência, já teria valido a pena a expansão do ensino fundamental.

Agora, é preciso dar um passo adiante. Uma outra pesquisa, que acaba de ser divulgada pela Unesco, põe o Brasil em 126º lugar, entre 142 países, no ranking de repetência no ensino fundamental, levando-se em conta os quatro primeiros anos de escola. Isto é, um dos 20 piores, avaliando-se 142 países. E este é um trágico indicador.

A taxa brasileira de repetência é de 20,6%, atrás de países como o Haiti (15,4%), e de vizinhos como a Argentina (6,4%) e o Paraguai (7,3%). Uma taxa (a brasileira) tão alta tem duas implicações: 1) sobrecarrega todo o sistema, com os alunos que "não andam"; 2) é um estímulo brutal à evasão escolar: alunos com má performance na escola tendem a abandonar a escola, ou são forçados a isso

por parentes que os consideram "imprestáveis" para a educação regular.

Deveria, assim, ficar visível a prioridade absoluta do nosso sistema educacional: uma verdadeira revolução no ensino de base, de modo a melhorar os seus padrões de qualidade. Isso passa, infelizmente, pela valorização do professor.

Professores desmotivados e mal preparados são, eles mesmos, causa das repetências e das evasões. E quando se fala em evasão, toca-se no problema central da sociedade brasileira, que é o da qualificação (ou não) dos jovens para a vida de trabalho. Evasão escolar é sinônimo de fábrica de desocupados, de possíveis marginais. Até agora, nossas autoridades parecem indiferentes a esse desafio.

A educação
fundamental
precisa dar
um passo à
frente

Sexta-feira, 28 de abril de 2006

O GLOBO

Entre males

Investidores devem manter distância do Peru se Ollanta Humala se eleger presidente em 28 de maio. A julgar pelos planos que apresentou para salvar o país, pelo *putsch* que encabeçou em 2000 contra o presidente Alberto Fujimori e por sua ficha de violador dos direitos humanos, dias sombrios chegarão para a frágil democracia peruana se Humala for o escolhido.

Sua proposta de nacionalizar a economia, recebida como promessa por certos setores da vida peruana, naturalmente assusta o capital mundo afora. Na visão distorcida desse ultranacionalista latino-americano, é preciso devolver ao Peru as empresas que, segundo ele, hoje enriquecem os estrangeiros. Isto para não mencionar a influência que seu clã familiar — que, como ele, defende políticas fascistas, como pena de morte para homossexuais e mordida para a imprensa — exercerá na vida institucional peruana.

Mas o cenário também não é animador na hipótese de o escolhido ser Alan García, que já foi presidente anteriormente. Não fosse a vida democrática a caixa de surpresas que costuma ser em toda parte, os peruanos

não teriam sequer permitido que García se apresentasse como candidato. Em seu governo, de 1985 a 1990, nossos vizinhos andinos conheceram as angústias do desgoverno, as agruras da hiperinflação e a violência desvairada do Sendero Luminoso em sua fase mais brutal e sangüinária. Por tudo isso, o calamitoso governo García abriu caminho para a era Fujimori, o decênio em que o Pe-

ru foi dominado pela dupla Fujimori-Vladimiro Montesinos — o ditador e o braço sinistro da corrupção.

Mesmo assim, e lamentavelmente para o eleitorado peruano, García parece a opção menos suicida. Ele, pelo menos, tem com a democracia um compromisso que Humala jamais teve. Não se refere ao presidente Hugo Chávez, da Venezuela, como seu guru e modelo. E não encarna, nas atitudes e palavras, o que há de pior na história continental: o autoritarismo, o militarismo, a descrença no diálogo — embora também cultive o vício do populismo.

Defender suas instituições deve ser a prioridade dos peruanos no segundo turno, ainda que isso signifique jogar o país novamente nas mãos ineptas de García.

Os peruanos
devem pensar
antes de tudo
na defesa das
instituições

Sábado, 29 de abril de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: *Auto-suficiência*

NOSSA OPINIÃO

Fora da política

A economia brasileira é hoje menos vulnerável a crises internacionais, entre outras razões, porque o país reduziu a dívida com o exterior e depende menos de financiamentos para fechar suas contas em moeda estrangeira.

Para que isso acontecesse, foi fundamental o saldo da balança comercial decorrente do grande aumento de exportações e também da substituição de importações.

Neste sentido, é de fato motivo de comemoração a entrada em operação da nova plataforma da Petrobras na Bacia de Campos, a P-50, que eleva a produção para um patamar que supera o volume de óleo bruto consumido internamente no país. O Brasil não deixará, com isso, de importar petróleo e derivados, pois as nossas refinarias só podem funcionar a plena capacidade com uma mistura de tipos de óleos não totalmente produzidos aqui. No entanto, já há um excedente na produção nacional que, ao ser exportado, compensa plenamente essas importações.

O crescimento da produção de

petróleo ocorre num momento em que os preços do óleo estão pressionados por um frágil equilíbrio entre oferta e procura no mercado internacional, o que estimula outras empresas, além da Petrobras, a ampliar investimentos na busca de novos reservatórios ou no desenvolvimento de campos já descobertos.

O petróleo
não deveria
ser usado
como arma
política

A Petrobras merece todas as homenagens por alcançar a marca que simboliza a auto-suficiência no petróleo. Mas é um grave erro tentar transformar esse ato numa apologia ao antigo e nefasto monopólio, que fez o Brasil se atrasar nessa conquista.

O modelo ideal para o setor é o que está em curso, com um regime de competição no qual as empresas devem se destacar pela eficiência e a disposição de investir. E nesse ambiente, não há dúvida de que a Petrobras se manterá na liderança do mercado brasileiro, com um desempenho respeitado pelos concorrentes e parceiros. Espera-se que essa nova marca sirva para pôr uma pá de cal no uso desmesurado do petróleo como bandeira política.

Domingo, 30 de abril de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

No escuro

Um estudo do que aconteceu no reator quatro da usina nuclear de Tchernóbil, em 26 de abril de 1986, como e por que aconteceu e quais foram suas consequências, é muito mais do que um exercício acadêmico: é fundamental para evitar catástrofes semelhantes no futuro — ou apenas saber se isso é possível.

No entanto, quando o aquecimento global impõe a busca de formas limpas de produção de energia, entre as quais se destaca a fissão nuclear, ainda é questionável se é realmente possível empregá-la sem um grau inaceitavelmente alto de risco — veredito a que presumivelmente se chegaria a partir de um estudo conclusivo sobre Tchernóbil. Mas as informações variam de tal forma, ao sabor de interesses e de posições ideológicas, que ainda hoje, 20 anos depois, parece impossível traçar um quadro sequer aproximado da verdade.

A usina, mal projetada, não tinha estrutura adequada de contenção e seu pessoal não tinha recebido treinamento apropriado. Mas projetos bem elaborados e treinamento criterioso podem garantir que não se repetirá o desastre?

O Fórum Tchernóbil, integrado pela Organização Mundial de Saúde, a Agência Internacional de Energia Atômica e outros órgãos, concluiu que 56 pessoas morreram diretamente em consequência do acidente, e que mais 4 mil podem morrer devido aos efeitos secundários da radiação. O relatório foi de imediato contestado por cientistas ligados a grupos ambientais, segundo os quais o

número correto está entre 30 mil e 60 mil; o Greenpeace elevou o número para 90 mil; outros ambientalistas falam em centenas de milhares e ressaltam que falta ainda levar em conta as mutações perigosas em animais e plantas causadas pela radioatividade.

Embora o acidente tivesse ocorrido já na era Gorbatchov, persistia a política de silêncio do Kremlin, que bloqueou informações e com isso tornou impossível enfrentar adequadamente a crise. Hoje, enquanto a verdade permanecer refém do embate entre defensores da indústria nuclear e ambientalistas radicais, continuaremos no escuro quanto ao quadro completo da tragédia de Tchernóbil — por vitais que sejam as lições que dela precisamos extrair.

Ainda não se
tem uma visão
completa do
que ocorreu
em Tchernóbil

Domingo, 30 de abril de 2006

O GLOBO

Onde ajudar

Causou desconforto nos meios culturais a troca de direção no Museu da Imagem e do Som, sobretudo pelo modo desleal como ela foi feita. Por trás das brechas na etiqueta (ou na educação), há o assunto do apoio à cultura — do que se deve apoiar, e de que maneira. Para a demissão do maestro e compositor Edino Krieger, apresentou-se como justificativa a necessidade de apoiar o samba.

Que o samba é uma das glórias da cultura carioca, até as pedras do calçamento sabem. Nada de errado, portanto, em apoiar o samba. Mas o que o mais superficial golpe de vista sugere é que o samba, no Rio de Janeiro, vai muito bem, obrigado, e não precisa de soluções emergenciais, num governo que está perto de acabar. O samba está (como sempre esteve) um pouco por toda parte; e uma das provas disso é a exuberância de eventos na Lapa, o aparecimento de novos compositores e intérpretes. Não é arriscado dizer que o samba carioca seguiria por essa estrada com ou sem apoio oficial.

O mesmo já não se diria de outros tipos de atividade cultural; e é neste sentido que políticas de

cultura precisam tomar distância do mesquinho interesse político imediato.

Aquilo que está no ar (como o samba) qualquer pessoa apanha "de ouvido" — sobretudo um povo esperto e ágil como o brasileiro. O mesmo já não acontece com formas mais elaboradas de cultura — na música, na literatura, no teatro. Por que é que o povo do teatro anda sempre em busca de

patrocínio e apoio cultural? Porque já não estamos na Grécia antiga, onde o teatro era feito regularmente em praça pública. Até na França, onde o teatro é quase uma religião nacional, a Comédie Française precisa de apoio para manter suas atividades — porque ela não faz parte da chamada cultura de massas.

O mesmo vale para os outros gêneros. Argumenta-se, às vezes, que o povo não se interessa pelos gêneros considerados "eruditos"; e então, também o Estado não deveria se preocupar com isso. Equivale a dizer que o povo não precisa ter acesso às formas mais sofisticadas de cultura; que não tem nível para isso, e pode muito bem, nesse terreno, ficar com o "arroz com feijão". Este, sim, é um raciocínio elitista.

O povo
também tem
direito à
cultura mais
sofisticada

Segunda-feira, 1 de maio de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: Gargalos logísticos

NOSSA OPINIÃO

Torniquete fatal

A economia brasileira tem crescido abaixo da média mundial nos últimos anos, mas se fossem considerados apenas os números do comércio exterior, o desempenho do país poderia ser equiparado ao dos chamados tigres asiáticos.

O impulso nas exportações foi consequência, sobretudo, de uma combinação de mercado internacional favorável e câmbio flutuante. Mas a manutenção de um ritmo de crescimento acelerado no comércio exterior dependerá, a partir de agora, de uma melhora substancial em todo o sistema logístico. Nos meios de transporte, a situação é quase dramática nas rodovias não privatizadas. Não fossem as ferrovias estarem operando a pleno vapor, o escoamento da produção em direção aos portos poderia ter se complicado ainda mais.

Já no caso dos portos, a lei de modernização possibilitou uma mudança radical no setor. Em grande parte sob operação privada, os terminais portuários hoje competem entre si pela presta-

ção de serviços, o que gerou maior eficiência e redução de custos.

No entanto, novos ganhos de produtividade estão condicionados a investimentos que não têm sido feitos. Vários portos — entre os quais o do Rio — dependem de dragagem (cuja responsabilidade é governamental) para permitir

que navios com maior calado, ou transportando mais carga, possam passar pelos canais de acesso aos terminais. Do mesmo modo, são necessárias obras nos acessos por terra aos principais portos, para que caminhões e trens se movimentem com mais facilidade.

Portos são o começo ou o fim da cadeia logística do comércio exterior. Pode-se conviver com alguns gargalos nos modais terrestres e fluviais, direcionando o escoamento da produção de um para outro, mas tudo desemboca nos portos. Neste sentido, o gargalo nos portos é o mais angustiante. O Brasil precisará da combinação de investimentos públicos e privados para que esse torniquete não impeça o país de crescer.

Sem melhorias
substanciais
nos portos, o
crescimento
se estrangula

Terça-feira, 2 de maio de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Preço da retórica

A retórica é uma das armas mais antigas dos políticos, e nada indica que esteja passando de moda. Em época de eleições, ela pode conhecer piques de excitação ou de grandiloquência. O presidente da República, por exemplo, nos informa que o sistema de saúde pública dos brasileiros está perto da perfeição. Se fosse feita uma pesquisa bem ampla tratando apenas desse item, é provável que o presidente se decepcionasse com as respostas.

Logo depois, mais um prodígio de retórica: no Encontro Nacional do PT, o presidente desafiou a platéia a encontrar, "em algum momento da História mundial, um governo com tanta participação dos trabalhadores".

Afora o incômodo produzido por esses exageros verbais, é bom lembrar o que, neste momento, ainda diferencia o Brasil da maioria de seus vizinhos de continente.

As instituições são mais importantes do que este ou aquele governo, esta ou aquela figura pública. Se as instituições funcionam a contento, até crises graves de governabilidade podem ser solucionadas — como foi o caso do governo Collor, que terminou em *impeachment*. Nesse ponto, o Brasil ainda leva vantagem sobre a maioria dos seus vizinhos.

O governo Lula, este ou não se despedindo, mostrou, como qualquer outro, erros e acertos. Mas na coluna dos pontos positivos, ele se beneficiou de uma construção institucional que criou raízes nos dois mandatos anteriores.

Essa construção tinha dois alicerces: primeiro, o respeito ao tecido institucional. O segundo foi o estabelecimento de uma moeda estável, num país onde a inflação corroía toda a lógica política e administrativa. Sobre esses dois pilares trabalhou o governo Lula — e de tal maneira, que é opinião corrente ser a sua política econômica uma simples continuação da que foi praticada nos dois

mandatos anteriores.

No plano político-institucional, a continuidade foi menos visível, a partir de uma relação promíscua que se estabeleceu entre Executivo e Legislativo — processo infeccioso que o presidente parece ignorar em seus pronunciamentos. E, mesmo assim, a mecânica institucional estava de tal maneira azeitada que o governo pôde fazer o que quis — adotando, inclusive, medidas impopulares — sem que, por um momento, a "voz rouca das ruas" ficasse em seu caminho. Esta é a vantagem que um governo brasileiro ainda hoje possui em relação a quase todos os seus vizinhos de continente; e ela deveria inibir o pre-

sidente Lula de definir o seu mandato como um "começo de tudo".

Em sentido contrário, pode-se observar, por exemplo, como o coronel Chávez partiu a Venezuela ao meio, e atropelou as instituições para reforçar o seu controle sobre a política local; ou o tipo de problemas que aguardam o Peru, seja qual for o vencedor

das próximas eleições.

Talvez ainda mais típico seja o caso da Argentina, onde um DNA peronista continua a cobrar um preço muito alto. O presidente Kirchner, a essa altura, pratica uma política que tem enormes possibilidades de não dar certo — controle de preços, ataques à iniciativa privada, tentativas de manipulação da imprensa, recusa a adotar as medidas cabíveis num processo preocupante de aceleração inflacionária. E ele age assim porque o tecido institucional argentino há muito tempo esgarçou-se.

O Brasil não precisa da onda de personalismo que se alastra pelo continente, nem de um populismo arcaico que já mostrou o seu preço. Precisa, sim, passar a limpo o que foi feito no plano institucional; e desobstruir o terreno da lama que se acumulou por efeito de processos mal conduzidos e mal apurados. Este é o desafio de um presidente que queira honrar o seu mandato.

Terça-feira, 2 de maio de 2006

O GLOBO

Paliativos

O governo francês deu um passo na direção dos estudantes que paralisaram as universidades do país em gigantescos protestos contra a chamada "lei do primeiro emprego". O primeiro-ministro Dominique de Villepin visitou a Sorbonne e criou uma comissão chamada "universidade-emprego". Caberá a esse grupo, formado por 15 pessoas, fazer a ponte entre governo, estudantes e sindicatos.

O governo tenta, assim, contor-

nar o que soou como uma frágil derrota política. Mas é difícil imaginar o tipo de solução que possa emergir desses encontros.

A verdade é que, neste momento, a Europa inteira encontra-se diante de um desafio colossal, consequência direta da entrada no mercado de milhões de trabalhadores da Ásia. Discussões sofisticadas tendem a contornar a dura realidade, e a necessidade de adotar providências que atenuem a rigidez das leis trabalhistas europeias.

Quarta-feira, 3 de maio de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Distanciamento

Sem os investimentos que o Brasil realizou na Bolívia, por meio da Petrobras, a produção de gás natural daquele país possivelmente não corresponderia a um terço da capacidade atual. Foi o Brasil que viabilizou toda a expansão da indústria de petróleo e gás natural da Bolívia, recuperando as duas pequenas refinarias locais — que estavam completamente sucateadas — e construindo novas instalações, incluindo um sistema de transporte de alta qualidade para os produtos.

Como se tratava de uma parceria que interessava aos dois lados, a Bolívia abriu mão de parte dos *royalties* incidentes sobre as novas explorações de gás e petróleo, e o Brasil, por sua vez, pagou por um certo volume de gás, mesmo que não o consumisse. Com isso se pretendia estimular o surgimento de um grande mercado para o gás natural no Brasil (já que internamente a Bolívia não teria condições de absorver a produção). Essa estratégia foi realmente bem-sucedida: enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil se expande a uma taxa média inferior a 3% ao ano, o consumo de gás cresce a taxas

superiores a 10% (chegou a 15% em 2005).

A empolgação com o gás fez com que os investidores planejassem um aumento da capacidade de transporte do gasoduto — e até a construção de um novo — além de construir termoeletricas e um pólo petroquímico em território boliviano.

Tudo isso está indo agora por água abaixo, com a decisão do presidente Evo Morales de desrespeitar o acordo exaustivamente negociado pelo Brasil com seus antecessores.

O Brasil apostou no fortalecimento crescente das relações políticas, econômicas e culturais no continente, com uma visão de longo prazo. Os mais céticos criticaram essa estratégia, embora fosse natural que o Brasil procurasse maior aproximação com seus vizinhos.

No curto prazo, é pouco provável que o abastecimento de gás boliviano para o Brasil seja afetado, até porque a Bolívia depende da receita proveniente da venda do produto. Talvez Evo Morales queira tirar partido imediato do impasse que criou. Mas a relação de confiança foi quebrada, e não voltará a ser a mesma.

Uma relação
de confiança
foi quebrada
em caráter
quase final

Quarta-feira, 3 de maio de 2006

O GLOBO

Imprevidência

O grande erro do presidente Evo Morales salta à vista. Ele partiu de premissa correta para chegar a uma falsa conclusão.

Está claro que os recursos naturais da Bolívia pertencem aos bolivianos. Mas o petróleo e o gás jazem no subsolo, inertes, como matéria morta, e só se convertem em riqueza, em dinheiro vivo, quando trazidos à superfície e explorados comercialmente. E, para isso, os bolivianos dependem totalmente de parcerias com investidores estrangeiros. Com a nacionalização dos hidrocarbonetos decretada em 1º de maio, quanto passam a valer as garantias jurídicas oferecidas pelo governo boliviano?

Os erros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e dos que o assistiram e orientaram nesse capítulo infeliz da nossa diplomacia, são muitos e não menos óbvios. Simpatias e afinidades ideológicas não servem de base para acordos comerciais. O que amarra um contrato, e lhe dá o lastro de credibilidade, são os interesses concretos e afeáveis das partes envolvidas.

Lula foi temerário, para não dizer indiscreto, ao apoiar o candidato Evo Morales meses atrás,

durante a campanha presidencial boliviana. Foi ingênuo ao supor que uma suposta vinculação político-ideológica protegeria os interesses brasileiros na Bolívia. E foi imprevidente ao se deixar apanhar "de calças curtas", nas palavras de um assessor.

Há tempos Morales vinha avisando que tomaria medidas drásticas — a rigor, desde que surgisse como protagonista na vida política boliviana. E, em sua

recente visita ao Brasil, o ministro boliviano Soliz Rada, longe de oferecer trégua, veio fazer exigências. Há muito tempo os bolivianos nos dizem a mesma coisa. E o governo brasileiro, em vez de tomar as providências que a situação exigia, preferiu pagar para ver.

Responsabilizem-se pelo desastre — além do próprio Lula e do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli — o chanceler Celso Amorim, o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, e o assessor presidencial Marco Aurélio Garcia. Juntos, eles permitiram que a diplomacia brasileira — fugindo da tradição de pragmatismo inteligente iniciada pelo Barão do Rio Branco — se deixasse enganar pelo vizinho boliviano.

O que
aconteceu na
Bolívia estava
previsto há
tempos